



Comissão vai ouvir o povo nos estados

A Subcomissão de Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias da Constituinte vai se deslocar a quatro estados para ouvir a sociedade e poder elaborar esse capítulo da Constituição. A maior parte das audiências públicas serão realizadas fora de Brasília, "porque a Constituinte não tem recursos para trazer personalidades e representantes de entidades", explicou o presidente da Subcomissão, deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PB).

A primeira viagem dos 21 membros da Subcomissão já está marcada para os dias 24 e 25, a São Paulo e as audiências serão realizadas na Assembleia Legislativa. "Vamos nos deslocar com as passagens aéreas de nossa cota mensal e estamos solicitando que a hospedagem seja financiada pelos governos estaduais. Desta forma poderemos ouvir o maior número possível de entidades", disse Maurílio.

Em São Paulo, o tema tratado deverá ser direitos coletivos, que a Subcomissão dividiu em três itens: Direitos Humanos, Direitos do Consumidor e Direitos do Contribuinte.

O presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Luís Maschini coordena um grupo de trabalho que, juntamente com o deputado Samir Achôa, integrante da Subcomissão, indicará as entidades que devem ser ouvidas naquele estado e convidará as personalidades.

As entidades que devem ser ouvidas em São Paulo são: CUT, CGT, Comissão de Direitos Humanos, Associação dos Consumidores e Contribuintes, Associação de Donas-de-Casa além de partidos políticos. Uma das personalidades que será convidada é o jurista Miguel Reale.

O deputado Maurílio Ferreira Lima diz que um dos temas polêmicos a ser discutido pela comissão é a questão da tortura, que poderá se tornar crime inafiançável e sujeito a pena de reclusão. Outro assunto é que tipo de garantias podem ser dadas ao cidadão.

Santana quer sessões até no feriado

O deputado Fernando Santana (PCB-BA) utiliza-se de um argumento pregado pela própria Igreja para defender a realização de sessões da Assembleia Nacional Constituinte durante a Semana Santa: "Primeiro, a obrigação; depois a devoção". Desta forma, Santana acha que deveria haver sessão das comissões, mesmo na sexta-feira santa, pela manhã — restando a tarde para os constituintes "se dedicarem às celebrações cristãs".

"Os trabalhos já estão atrasados; nas sextas-feiras, grande número de parlamentares viaja para seus estados, e assim como afirma a Igreja, nossa primeira obrigação é com o povo que nos elegeu para elaborar a nova constituição", disse Fernando Santana. O parlamentar criticou o andamento dos trabalhos das comissões, pois duas reuniões com o presidente Ulysses Guimarães para apressá-los não chegaram a nenhuma solução.

Para Fernando Santana, as normas de funcionamento das comissões deveriam ter sido logo previstas no Regimento Interno, tal como acontece com os regimentos da Câmara e do Senado. Alguns princípios básicos ficariam logo definidos, podendo haver acréscimos apenas sobre a Comissão de Sistematização, que terá funções mais amplas, segundo o parlamentar baiano.

Promulgação da Carta pode ficar para 87

Apesar do interesse e empenho do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, em que a nova Constituição fique pronta até o dia 15 de novembro, não é de todo improvável que isso só ocorra no próximo ano — em janeiro ou fevereiro. Essa hipótese foi admitida ontem pelo deputado pernambucano Egídio Ferreira Lima, relator da importante comissão que vai tratar do sistema de governo e da organização dos poderes.

Ao contrário de Ulysses, Egídio não demonstra uma preocupação especial com a pressa na elaboração da nova Carta. Ele observa que a Constituinte não é uma "reunião de acadêmicos para tertúlias amenas", mas um grande fórum de debates e decisões sobre o ordenamento jurídico do país, "fato que merece maior reflexão e torna difícil o rigor dos prazos, pelo conflito de interesses nela instalado".

Dois razões principais explicariam o interesse de Ulysses em que a Constituinte encerre seus trabalhos este ano: o temor de maior desgaste da Assembleia, alvo de frequentes críticas pela demora no início efetivo da elaboração da Carta, e a preocupação com as consequências institucionais de o país viver atualmente sob uma legislação ultrapassada e contestada.

Nesse esforço para apressar a Carta, Ulysses chega às vezes a ser patético. Ao reunir-se, na última sexta-feira, com os relatores das comissões da Constituinte, ele chegou a pedir "pelo amor de Deus" que os prazos fossem obedecidos.

Ulysses pede que Assembleia respeite prazo

Com a eleição dos presidentes, vice-presidentes e relatores das oito comissões e 24 subcomissões temáticas e da Comissão de Sistematização começa a contagem regressiva para a elaboração da nova Constituição brasileira, de acordo com o que estabelece o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, está fazendo todos os esforços para que a nova Constituição seja promulgada ainda este ano. Na primeira reunião que manteve com todos os presidentes e relatores das comissões e subcomissões na última quinta-feira, ele chegou mesmo a pedir "pelo amor de Deus" para que os prazos sejam cumpridos e não atrase a promulgação do novo texto constitucional.

Embora o deputado Ulysses Guimarães deseje o cumprimento dos prazos na elaboração do

"Precedente" preocupa Passarinho

O senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, está preocupado com a compostura de parlamentares e jornalistas no plenário da Constituinte. Ele tem manifestado seu desencanto pela «babel» em que se está convertendo, em sua opinião, aquele que teoricamente deve ser o centro das mais importantes decisões do país durante este ano.

Passarinho observou que é comum ver-se jornalistas sentados nas poltronas destinadas aos parlamentares, a convite destes, para conversas informais ou entrevistas, com o agravante de que quando a segurança da Câmara ou do Senado adverte para a irregularidade da situação, o próprio parlamentar contesta. Mais: constituintes conversando em voz alta, de costas para a mesa diretora dos trabalhos e diante da complacência desta, estão se convertendo em rotina parlamentar nesta fase de elaboração constitucional, segundo o presidente do PDS.

O ingresso e circulação pelo plenário de representantes de setores interessados na elaboração constitucional, com autorização da mesa ou de constituintes com familiares com a complacência e mesmo omissão desta, segundo Passarinho, constituem prática perigosa seja pelo mau exemplo, seja pelo precedente que abrem.

Passarinho notou, ainda, que a circulação desenvolva de equipes de televisão no plenário

Arquivo



Empenho de Ulysses pode ser frustrado quanto aos prazos

Outro nome influente aparentemente cético quanto ao ritmo dos trabalhos da Assembleia é o líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique. Indagado sobre essa questão, ele evitou fazer previsões, observando apenas que a história do funcionamento do Parlamento brasileiro tem demonstrado a inviabilidade de cronogramas rígidos de trabalho.

O deputado peemedebista Jorge Hage (BA) também acha difícil o acatamento aos prazos fixados no regimento interno da Assembleia, não apenas pela necessidade de os relatores terem mais tempo para apresentar seus pareceres, mas igualmente em razão dos imprevistos

de e da dificuldade de reunir os constituintes às segundas e sextas-feiras, quando a grande maioria se encontra nos estados.

Deve-se ainda levar em conta que em determinados períodos a tendência dos parlamentares é a de se afastar de Brasília por mais tempo. Já esta semana, por exemplo, a Constituinte funcionará apenas terça-feira, devido à Semana Santa (a segunda-feira é reservada à sessão ordinária da Câmara).

O regimento da Assembleia não prevê o tradicional recesso parlamentar de julho, mas é previsível que, por pressões familiares, muitos constituintes venham a deixar Brasília naquele mês, pelo menos durante alguns dias.

novo texto constitucional, os presidentes e relatores das comissões e subcomissões apelam para que eles sejam aumentados, sob pena de não se poder concluir o trabalho pretendido. Aham que 65 dias corridos para a elaboração dos anteprojetos são insuficientes, tendo em vista o volume dos trabalhos e dos feriados e finais de semana.

Ainda na reunião, o presidente da Constituinte concordou com proposta do deputado José Serra (PMDB-SP), no sentido de se criar uma comissão de relatores para encontrar uma fórmula para compatibilizar os prazos para a elaboração da Nova Carta, desde que não atrapalhe a promulgação da Constituição este ano. Na próxima terça-feira, os relatores farão uma reunião para tentar essa compatibilização dos prazos.

Pelo Regimento Interno, as comissões terão que entregar à

Comissão de Sistematização, até 15 de junho, os anteprojetos sobre os temas e capítulos discutidos. A Comissão de Sistematização disporá de 30 dias para relatar os anteprojetos e apresentar o projeto de Constituição à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte, que o colocará em discussão e para debate em plenário, para posterior votação.

Ao receber o projeto de Constituição, o presidente da Constituinte ordenará sua leitura e publicação para ser distribuído às autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e organizações da sociedade. A discussão em primeiro turno do projeto poderá levar até 40 dias. Nos primeiros 30 dias, os constituintes poderão apresentar emendas. Nesse prazo, com 30 mil assinaturas de eleitores e subscrito por três entidades associativas, os cidadãos poderão apresentar também emendas ao projeto.



do Senado e o costume que vai se consolidando de parlamentares atravancando os corretores, ao invés de por eles circularem em direção aos seus lugares, também vai tornando cada vez mais difícil colocar ordem nos trabalhos. E ainda: o grande número de parlamentares que cercam o presidente e o secretário nas votações nominais, para conferir eventuais equívocos, mas em realidade provocando confusão gene-

ralizada. Não obstante às críticas — «se minha formação não aceita estes procedimentos» — Passarinho se recusa a formalizar um protesto junto à Mesa da Constituinte. Ele acha que o deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, tanto quanto ele sabe de todos estes problemas e se nada faz é porque não tem interesse em mudar o quadro.